



Dispositivos para uma guerra cultural: tesouros como instrumentos de dominação sobre a informação e o conhecimento

Devices for a cultural war: thesaurus as instruments of domination over information and knowledge

Pablo Gomes ^{a,*} 

Maria Guiomar da Cunha Frota ^b 

RESUMO: A presente pesquisa intenta demonstrar como os tesouros, com suas escolhas terminológicas, conseguem perpetuar opressões que contribuem para uma política de dominação social usada para manutenção de grupos hegemônicos no centro. Foram analisados três termos, sejam eles, “mercado negro”, “homossexualismo” e “transsexualismo”, de dois tesouros com grande repercussão, o vocabulário Controlado Básico, do Senado Federal, e o Tesouro da Corte Interamericana de Direitos Humanos. A pesquisa interpreta, a partir dos casos e resultados analisados, que há, na representação do conhecimento e nos tesouros, manifestações e representações de racismo, LGBTfobia e violência de gênero. Portanto é pertinente e relevante indagar, dentro do que consideramos guerra cultural, quais papéis esses dispositivos e instrumentos podem ter para a promoção de uma sociedade mais plural e inclusiva.

Palavras-chave: Tesouro; Representação do Conhecimento; Política de Dominação; Opressão Social; Guerra Cultural.

ABSTRACT: The present research intends to demonstrate how thesauri, with their terminological choices, manage to perpetuate oppressions that contribute to a policy of social domination used to maintain hegemonic groups in the center. Three terms were analyzed, namely, “black market”, “homosexuality” and “transsexualism”, from two thesauri with great repercussions, the Basic Controlled vocabulary, from the Federal Senate, and the Thesaurus from the Inter-American Court of Human Rights. The research interprets, from the cases and results analyzed, that there are, in the representation of knowledge and in the thesauri, manifestations and representations of racism, LGBTphobia and gender violence. Therefore, it is pertinent and relevant to ask, within what we consider cultural war, what roles these devices and instruments can have for the promotion of a more plural and inclusive society.

Keywords: Thesaurus; Knowledge Representation; Domination Policy; Social Oppression; Cultural War.

^a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa LGBTQIA+, Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, Brasília, DF, Brasil; Instituto Federal do Maranhão, Campus Grajaú, MA, Brasil.

^b Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

* Correspondência para/Correspondence to: Pablo Gomes. E-mail: pablogomes.pg@gmail.com.

Recebido em/Received: 31/08/2023; Aprovado em/Approved: 21/11/2023.

Artigo publicado em acesso aberto sob licença [CC BY 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) 

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por intuito compreender e refletir o papel que os tesouros cumprem numa guerra cultural tão evidente na sociedade brasileira dos últimos anos. Para tanto, entendemos que na sociedade da informação (Dupas, 2001) e, também, da desinformação (Silva, 2022), o campo e as formas de batalha são informacionais e a cultura ganharia destaque como elemento sustentador para dominação do outro e manutenção de uma ordem hegemônica.

Sustentamos nosso entendimento sobre guerra cultural com o conceito elaborado por Milani et al. (2009) quando diz que essa guerra pode ser “compreendida como um conflito para preservar ou conquistar o controle das representações e significações, que envolvem símbolos e valores”. Dessa forma, nos atentamos que conflitos que geram essas guerras se travam para que as representações e significações sobre a sociedade e suas dinâmicas sejam ditadas por um determinado grupo de pessoas a partir de suas visões de mundo e ideologias.

De acordo com Lima et al. (2022, p. 4):

A expressão “guerra cultural” é utilizada neste artigo como um conceito “nativo” que expressa o sentido de uma contra-hegemonia desenvolvida pela direita radical nos Estados Unidos e na França. Ela passou a ser utilizada pelos defensores de uma teoria da conspiração que acusa intelectuais de promoverem o “marxismo cultural” como forma de subverter a sociedade ocidental através da erosão dos valores cristãos e do conservadorismo tradicionalista.

Entendida, então, com origem conservadora e de uma tradição dos costumes, na guerra cultural, em que as representações são reivindicadas, principalmente, por grupos tidos ou entendidos como marginalizados, há embates de um lado para manutenção de uma estrutura branca, machista, heterocisnormativa, cristã, eurocentrada e outros e do outro lado, com os grupos marginalizados, há a reivindicação do rompimento dessa estrutura.

No contexto das representações, os tesouros ocupam papel estratégico em unidades de informação, bibliotecas, arquivos, museus e outros, para o devido tratamento e futura recuperação da informação. Ao assumirem posicionamentos sociais, culturais e políticos, os tesouros funcionam como dispositivos que atacam simbolicamente determinadas temáticas de pauta progressista e de reivindicação dos grupos marginalizados e visibilizam temáticas de manutenção da ordem hegemônica nos sistemas de informação e do conhecimento.

Com referência às guerras culturais e os tesouros, elaborou-se como problema para esta pesquisa: qual o papel os tesouros desempenham, no contexto das guerras culturais, na manutenção de uma estrutura/ordem hegemônica que privilegia e coloca no centro o homem, europeu, heterocisnormativo e cristão?

O TESAURO COMO INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO

Os tesouros são conhecidos na CI e na Biblioteconomia por fazerem parte de um grupo de linguagens, as Linguagens de Indexação, e se inserem, também, no contexto mais ampliado dos SOCs. Abordaremos a partir de uma visão crítica, o tesouro como um instrumento usado na prática informacional e como ele pode contribuir na perpetuação das relações de poder e de dominação que a informação exerce em nossa sociedade.

Os tesouros e as classificações bibliográficas, bem como outros instrumentos da prática bibliotecária, podem cumprir com uma dupla função: permitir o acesso às informações de modo ético e ampliado ou impor formas de controle que permitam a perpetuação de formas arraigadas de poder e de opressão, como racismo, machismo, sexíssimo, LGBTfobia, xenofobia e outros.

Alguns pesquisadores ainda entendem que os tesouros não são neutros, ou seja, não são bons nem maus. Mesmo que há tempos se entenda que a ação bibliotecária com seus instrumentos e produtos dessa ação, bem como a própria ciência, não são neutros, pois respondem a visões de mundo, a pontos de vista e a desejos de suas e seus criadores (Pinho, 2006; Guimarães; Pinho, 2007), ainda vemos discursos de neutralidade sobre as ações humanas e os instrumentos informacionais.

Para tentarmos entender melhor como os tesouros podem cumprir com um papel de perpetuação de opressões, funcionando como dispositivos, os estudos sobre Michel Foucault possuem especial destaque no cenário atual de pesquisa em CI e na Biblioteconomia, principalmente naqueles que estão envoltos numa perspectiva que aproxima ou que inclui a OSC.

No âmbito desta pesquisa que tem por objeto o tesouro, o conceito de dispositivo proposto por Foucault (2015) demonstra-se relevante, pois ao revelar as relações e as estruturas de poder e de dominação¹, nos ajuda a entender como esses instrumentos podem cumprir com uma função de perpetuação de uma ordem hegemônica. Com intuito de explicar o dispositivo, o autor recorre a 5 (cinco) demarcações/noções, que são fundamentais para tentarmos fazer uma aproximação com os tesouros.

Resumidamente, Foucault (2015) desenha os dispositivos a partir das seguintes demarcações: (i) compreendem o dito e o não dito, isto é, aquilo que é explícito e que é implícito e que se forma por uma rede heterogênea de elementos; (ii) o dispositivo pode estabelecer as ligações que existem nesta rede; (iii) sua constituição, em termos de gênese, responde a um objetivo estratégico para resolução de um problema; (iv) em um segundo momento, pós-gênese, passa a responder também à função de

¹ Cabe-nos dizer que Foucault (2006) diferencia poder e dominação. O primeiro possui uma amplitude nas relações humanas, ao ponto que segundo ocorreria pela tomada de uma determinada quantidade de relações de poder. Quanto à dominação, ele ainda afirma que “em vez de serem móveis e permitirem aos diferentes parceiros uma estratégia que os modifique [poder], se encontram bloqueadas e cristalizadas” (p. 266).

controle; (v) após sua constituição como dispositivo, permanece como tal e toda ação e reação resultará em um estímulo em outros dispositivos e exigirá uma adequação.

Ao compreender que os dispositivos são formados por aquilo que é dito, mas também pelo que não é dito, Foucault (2015) caracteriza-os como essencialmente discursivos, ou seja, estão postos à ordem do discurso. O tesouro se insere nessa primeira demarcação. Amplamente compreendido como “uma lista estruturada de termos associados empregada por analistas da informação e indexadores para descrever um documento [...]” (Cunha, Cavalcanti, 2008, p. 363), discursam sobre determinada área do conhecimento. Por mais que pareçam termos soltos e sem uma lógica para formação de frases, os tesouros dizem muito ao construírem relações entre seus termos e na constituição de contextos, principalmente no que se refere à cultura de seus idealizadores.

Podemos, então, estabelecer que os termos e as relações explícitas entre os termos compõem aquilo que Foucault (2015) chama de ditos, ou seja, aquilo que está claramente declarado no tesouro. Já as ausências de alguns termos e relacionamentos, compreenderiam aquilo que não é dito, mas que é possível de ser percebido a partir de leituras mais profundas que envolvem os contextos (histórico, cultural, social, político, científico, organizacional e outros). Há que se perceber que os tesouros falam não somente pela lista de termos e de relacionamentos que os compõem, mas também pelas suas ausências e seus contextos. É possível que falem mais pelas ausências e contextos do que por aquilo que está explícito.

No que se refere à rede heterogênea, os tesouros podem aparecer no relacionamento com diversos elementos, dos quais podemos citar os materiais bibliográficos, que podem ser correlacionados ao que Foucault (2015) chamou de enunciados científicos. Com os modelos de construção de tesouros, as normas de controle terminológico, referentes às terminologias, no que tange ao que é correto e incorreto e às políticas de informação (indexação, formação e desenvolvimento de acervos, censura, acesso à informação), podemos interpretar ou aproximar ao que Foucault (2015) define como moral, leis e normas administrativas. Quanto às instituições, na perspectiva de Foucault (2015), podemos apontar os sistemas de informações, as instituições e as organizações públicas ou privadas que constroem e que fazem usos de tesouros (bibliotecas, arquivos, museus e outros).

Assim, percebemos que o tesouro possibilita relacionar uma rede de elementos que podemos caracterizar como heterogêneos. Dentro dessa rede, os tesouros podem controlar informações e conhecimentos/saberes que serão e que não serão recuperados pelos usuários de um sistema de informação, gerando, dessa forma, maior ou menor disseminação e, conseqüentemente, produção de informação e de conhecimento em determinado assunto/temática que respondem à ordem hegemônica vigente. Eles podem também controlar as terminologias, indicando qual é adequada e qual é inadequada, ou seja, como o usuário deve e não deve se comunicar, não somente com o sistema de informação, mas em outras instâncias.

O ato de comunicar, mesmo que dentro de sistemas de informação, nos remete à função primordial dos tesouros e do seu objetivo estratégico na sua gênese: a representação e a recuperação da informação. De acordo com Novelino (1996), os tesouros foram criados para que a estrutura da linguagem de representação fosse conhecida pelos indexadores e por usuários do sistema de informação, para que, partindo do conhecimento dessa estrutura, pudessem fazer escolhas que melhor permitissem representar e recuperar informações de forma eficiente, baseado em uma linguagem comum. Corroborando com isso, Almeida, Saldanha e Ribeiro (2016, p. 10) assinalam que

[...] é necessário que seja adotada uma linguagem comum em todas as etapas e que essa linguagem seja conhecida, tanto pelos profissionais envolvidos nessas ações, quanto pelos usuários que necessitam das informações ali contidas.

Contudo, não bastava que uma linguagem fosse conhecida pelos indexadores e usuários, era necessário também que houvesse controle sobre os termos que seriam usados para a representação e, posteriormente, para a recuperação da informação. Com esse controle da linguagem, foi possível que um único termo descrevesse um único conceito e que termos sinônimos, quase-sinônimos e homógrafos pudessem ser distinguidos dentro da estrutura, mas sempre elevando um único termo como preferencial. Ao facilitar o reconhecimento do termo correto para cada conceito, os tesouros permitiram o que Cintra et al. (2002) e Dodebei (2002) chamam de economia, não no sentido de área do conhecimento, mas sim de uma economia de significado, pois reduz a abrangência de um termo dentro de um contexto.

A ação de controle da linguagem, que visava potencializar o tempo e os resultados para o usuário do sistema de informação, em trabalhos recentes, passa então a ser interpretada como um instrumento de controle das formas de saber e de conhecer, autorizando aquilo que deve ou não ser conhecido e como deve ser conhecido, fundamentado em lógicas e em ideologias hegemônicas (Trivelato, 2022). Aqui, portanto, nos defrontamos com a constituição do tesouro como dispositivo, tal como apontado por Foucault (2015). E essa constituição em dispositivo é influenciada pela rede heterogênea que alimenta o tesouro com as demandas dominantes para que elas se perpetuem também através da linguagem.

Pelas demarcações feitas por Foucault (2015) acerca do dispositivo, a linguagem, no contexto dos tesouros, figura como mecanismo de funcionamento do dispositivo. É por meio da linguagem que ocorre não somente a constituição do tesouro como tal, mas a operacionalização do controle das formas de conhecer/saber. Os termos, os conceitos e os relacionamentos presentes nos tesouros são pautados dentro de uma ordem hegemônica cultural, social e política que autoriza aquilo que deve ser conhecido e como deve ser conhecido, aproximando e visibilizando aquilo que lhe é oportuno, propício, e afastando ou silenciando aquilo que lhe é avesso, abjeto. A linguagem, ao carregar opressões, violências – de classe, raça, etnia, gênero, sexualidade, religião e outras –, aparelha o tesouro como dispositivo.

LINGUAGEM E PODER

As estruturas de poder, muitas vezes invisíveis por meio da linguagem, quando materializada, permitem que se construam formas de dominação (Nascimento, 2019). O autor, partindo do racismo estrutural, explica que a língua e a linguagem são parte dessa estrutura. Para ele, “ao serem politizadas, as línguas têm cor, gênero, etnia, orientação sexual e classe porque elas funcionam como lugares de desenhar projetos de poder” (p. 22).

Dessa forma, poderíamos depreender que a língua e a linguagem permitiriam a inserção das supracitadas opressões dentro dos tesouros, que, em segundo momento, as expandiriam para os sistemas de informação, aos acervos, às bibliografias, aos usuários e outros.

Ao colocarmos que a linguagem pode ser um instrumento de opressão e, por consequência, de dominação, estamos dizendo e reafirmando o que já pontuamos anteriormente, a linguagem e a “língua não são neutras e sempre são atravessadas por processos de poder” (Nascimento, 2019, p. 20). Algumas autoras e autores, principalmente os debruçados sobre os estudos decoloniais², como Grada Kilomba (2019), bell hooks (2019) e Gabriel Nascimento (2019), já citado, bem como os estudos feministas e de gênero, como Judith Butler (1997; 2019; 2020), nos ajudam a entender como a linguagem é permeada por opressões que reafirmam e colocam no centro³ o homem europeu branco heterossexual cisgênero e que só os reafirmam na perpetuação de seus privilégios e, conseqüentemente, como os tesouros atuam como dispositivos.

Portanto, para falar do aspecto dominador da linguagem, autoras e autores que sentem e vivenciam sofrimento, dor, silenciamento e exclusão que lhes é causada pela linguagem nos parece mais adequado do que usar autores que do centro olham para as margens e teorizam sobre ela ou mesmo usar esses autores para validar ou corroborar com as falas de quem sentem o peso da linguagem opressora. Grada Kilomba (2019), em sua carta à edição brasileira do livro Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano nos informa que

[...] a língua por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade. No fundo, através das suas terminologias, a língua informa-nos constantemente de quem é

² Apesar de usarmos autores decoloniais para demonstrar os atravessamentos de poder e de dominação da linguagem, não importa dizer que esta pesquisa é decolonial. Apenas fizemos a escolha de demonstrar esses atravessamentos pelo olhar do dominado, não do dominador.

³ Centro é uma referência a bell hooks (2019) e a Grada Kilomba (2019), que fazem uma localização social dos sujeitos em margem e em centro. Sendo o centro o local de privilégio daqueles que podem falar e ser ouvidos. É também um local em que os sujeitos podem exercer um poder, seja ele político, cultural, financeiro, educacional e outros. As margens são compostas pelas “outras(os)”, ou seja, aquelas(es) que não são sujeitos, pois para serem sujeitos essas “outras(os)” precisariam, minimamente, do poder de falar e serem ouvidos, de serem donas e donos de suas ações e destinos. Para tanto, identificamos como no centro o homem branco heterossexual cisgênero e, à margem, todas(os) as(os) “outras(os)”.

normal e de quem é que pode representar a verdadeira condição humana (p. 14, destaques da autora).

Como apresentado, a linguagem e a língua não figuram como sistemas neutros e fazem parte de uma estrutura opressiva que indica constantemente o lugar que Kilomba deve ocupar na sociedade, ou seja, de colonizada e de gênero inferiorizado e qual a sua verdadeira condição social.

Os tesouros na qualidade de linguagens – sistema de símbolos inter-relacionados que permitem que profissionais encarregados pelo tratamento e pelo processamento da informação representem e disseminem informações para que sejam encontradas, recuperadas, por usuários de informações – também não são neutros, pois respondem as visões de mundo daqueles que o constroem. Visões essas de que podem ser racistas, colonizadoras, machistas, LGBTfóbicas e outras, representando camadas de privilégios do centro e que constantemente excluem as margens.

Grada Kilomba (2019) também aborda aspectos sobre a língua portuguesa como uma língua marcada pelo colonialismo, indicamos algumas palavras que se apresentam como a visão do colonizador sobre o colonizado, como: denegrir, lista negra, mercado negro, criado mudo, mulata e outros. Os tesouros, assim como outros SOCs, também são colonizados, por se utilizarem dessas palavras para representar e expressar conceitos. A autora comenta a forma como negras e negros são representadas(os) com o alicerce de um vocabulário racista criado por pessoas brancas.

Referente a essa incorporação da identidade do colonizador e à criação de uma linguagem sobre o colonizado, Nascimento (2019, p. 11) aponta que

É preciso entender, portanto, o signo “negro” como um conceito novo, criado pela branquitude e não como um conceito natural. Ou seja, os negros africanos, antes de serem colonizados e sequestrados, não se chamavam como “negros” ou reivindicavam para si a identidade “negra” como “naturalmente” deles.

A palavra negra ou negro, em si, tem origem no colonizador, branco, que ao olhar o outro, o outro como um não sujeito, parte de um lugar apontado por Nascimento (2019) como ponto zero, ou seja, o colonizador parte de si para categorizar o outro como se fosse referência, padrão.

bell hooks (2019) faz uma apreensão da força que a linguagem tem em oprimir o outro, fazê-lo inferiorizado. A estudiosa fala que a linguagem acadêmica norte-americana por ela usada “carrega o cheiro da opressão” (p. 73), ou seja, por mais que ela não veja claramente, está lá. Sempre presente e reforçando o seu lugar dentro daquela sociedade que “pertence”. Para a autora, o oprimido está em constante confronto com a linguagem, em busca de recuperar a si e as “vozes [coletivas] que são silenciadas, reprimidas, quando somos dominados” (Hooks, 2019, p. 78). Vemos, pela sua fala, como a linguagem é uma força que luta em prol da permanência e da constante perpetuação do colonialismo.

Como bem apontado por Nascimento (2019), a linguagem estabelece políticas de exclusão. Aqueles que – mesmo que não seja sua língua, mesmo que seja uma língua colonizadora, mesmo que seja uma língua pautada a partir de um trauma – conseguem se encaixar, são “incluídos”. Aqueles que não se adaptam à língua “cultura”, formal, são os excluídos. No Brasil, Lélia Gonzalez (1984) já falava de uma língua chamada “pretuguês” – um português tipicamente brasileiro, que era contraponto do português como língua “cultura” oficial. Aqueles que falam o português da norma “cultura”, são incluídos, aqueles que falam o pretuguês são excluídos⁴.

Essas opressões da linguagem também são endereçadas à grupos sociais com gênero e sexualidade dissidentes, ou seja, não correspondem ao padrão colocado como “normal” pela sociedade. Lembramos que durante muitos anos, a comunidade LGBTQIA+ luta contra o estigma de que a homossexualidade seja uma patologia, mesmo que desde 1990 a Organização Mundial de Saúde (OMS) a tenha retirado do rol de doenças. Essa classificação ainda é uma dor e um trauma que remonta a procedimentos, tratamentos, agressões físicas e psicológicas, exclusões e outras violências que tinham por objetivo a “cura” da homossexualidade.

Mais de 30 anos após o reconhecimento da OMS de que a homossexualidade não é uma doença, ainda vemos iniciativas que prometem a reversão da orientação sexual, como é o exemplo da liminar⁵ emitida pela 14ª Vara de Justiça do Distrito Federal, em 2017. A referida liminar permitia que psicólogos oferecessem tratamentos de reversão de orientação sexual, mesmo em desacordo com as normas do Conselho Federal de Psicologia, remontando todo o contexto da homossexualidade como doença.

Para qualificar gêneros e sexualidades dissidentes como doenças, constantemente vemos o uso do sufixo “ismo”, como homossexualismo, bissexualismo, transexualismo. Esse sufixo refere-se na literatura e na terminologia médica como indicações a patologias. Moura (2018), interpreta de forma bem fundamentada a questão da origem e o uso do sufixo “ismo” associado ao termo “homossexual”. A terminologia médica faz uso desse sufixo para nomear algumas patologias, como por exemplo o “sonambulismo, reumatismo, tabagismo, alcoolismo” (MOURA, 2018, p. 108). Ao usar o sufixo “ismo” para indicar pessoas que se relacionam sexualmente com outras do mesmo sexo, ou seja, o uso do termo homossexualismo, estabelece-se que o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo é uma doença, mas essa construção é histórica. De acordo com o autor,

o sentido trabalhado é o de doença e os sujeitos que reproduzem colocam em voga esse sentido. Não é um sentido no sufixo –ismo apenas. Há uma historicidade que atravessa essa palavra e faz exalar sentidos para uma comunidade que já ainda é cerceada de direitos (Moura, 2018, p. 105).

⁴ No Brasil Colônia, os indígenas e os negros eram obrigados a se comunicar em língua portuguesa. A língua também foi um instrumento de dominação cultural usado pelos colonizadores, provocando o desaparecimento de diversas línguas indígenas.

⁵ Em 2018, o Conselho Federal de Psicologia entrou com uma representação no Supremo Tribunal Federal solicitando a suspensão da liminar. O julgamento e a votação só ocorreu em 2020 e, por unanimidade, determinou improcedente a oferta e a prática de tratamentos de reversão de orientação sexual.

O posicionamento social da homossexualidade como doença que é reforçado por discursos religiosos, demonstra desprezo, rejeição e aversão aos homossexuais, e é reverberado por meio da linguagem com termos pejorativos que têm por objetivo ferir e minorizar a comunidade LGBTQIA+. Judith Butler (1997), ao falar dos discursos de ódio, afirma que a linguagem é tão poderosa que pode, mesmo sem um corpo material, provocar uma dor física nas pessoas. Dessa forma, sobre a fala de Butler (1997), associada ao trauma da comunidade LGBTQIA+ frente aos tratamentos de reversão da orientação sexual, nos importa dizer que sempre que nos defrontamos com termos como “homossexualismo” uma dor é remontada em nosso corpo, seja ela psicológica ou mesmo física.

Butler (2020) que tem uma produção bibliográfica de interesse às questões de gênero, aborda como o imaginário social, por meio da linguagem, constitui os discursos hegemônicos que limitam em uma binaridade, homem-mulher, a diversidade humana e que a mulher ocupa um lugar inferior ao homem, importando aqui uma visão hierárquica. Essa binaridade encobre e silencia um espectro de possibilidades de gênero que, mesmo que entenda a impossibilidade de uma representação completa desse espectro, limita em apenas dois gêneros que são hegemonicamente dominantes.

Outro apontamento da autora que pode ilustrar como em uma linguagem circunscrita sobre questões de um gênero dominante há um outro dominado, inferiorizado, temos:

As mulheres são o “sexo” que não é “uno”. Numa linguagem difusamente masculinista, uma linguagem falocêntrica, as mulheres constituem o irrepresentável. Em outras palavras, as mulheres representam o sexo que não pode ser pensado, uma ausência e opacidade linguísticas. Numa linguagem que repousa na significação unívoca, o sexo feminino constitui aquilo que não se pode restringir nem designar (Butler, 2020, p. 31).

A mulher passa a ocupar um lugar fora do centro, isto é, à margem da sociedade. A linguagem constantemente a informará do seu papel, do seu lugar. Mesmo mulheres que conseguem resistir às formas hegemônicas de exercício do poder, seja assumindo papéis como presidentas, reitoras, pesquisadoras, executivas e outras, sempre estarão subjugadas pela linguagem.

Mesmo dentro de grupos oprimidos, como a comunidade LGBTQIA+, percebe-se que há uma invisibilidade de mulheres dentro das pautas identitárias. A mulher lésbica ocupa um lugar fora do centro de discussões LGBTQIA+, pois seu gênero, enquanto mulher, e sexualidade, enquanto lésbica, a empurra sempre à margem. De acordo com Santana e Rasera (2018, p. 36)

A existência da invisibilidade lésbica tem também uma ligação clara com determinados estereótipos que atribuem aos indivíduos papéis sociais e atitudes de acordo com seu sexo biológico, priorizando a superioridade masculina. Dessa forma, as pessoas que fogem a essa regra podem vir a sofrer diversos tipos de violência, especialmente mulheres que fogem à norma e ameaçam, de algum modo, a supremacia masculina.

O discurso/narrativa sobre o gênero passa então a ser um elemento de disputa social, manifestado nos SOCs, onde lhe cabe a função de circunscrever o feminino e outras muitas camadas que não estão no centro, de forma a sustentar a manutenção de poder de uns sobre os outros. Essa realidade de disputa de gênero nos tesouros pode ser vista na tese de doutorado de Trivelato (2022).

Partindo da linguagem como instrumento de poder e visualizando as relações de dominação que consegue criar, é relevante compreender como os tesouros se constituem enquanto dispositivos para perpetuação de uma estrutura social que privilegia e mantém determinados grupos no centro e relega e mantém outros grupos à margem e analisá-los de forma crítica.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A questão proposta apontou para uma pesquisa descritiva qualitativa, pois busca no tesouro os sentidos dados à linguagem e que são relevantes para compreensão de uma dimensão subjetiva atribuída a ela e que não pode ser quantificada.

Foram selecionados para análise dois tesouros: i) O Vocabulário Controlado Básico (VCB), gerenciado pelo Senado Federal, cujo vocabulário é adotado por todas as bibliotecas integrantes da Rede Virtual de Bibliotecas; e ii) o Tesouro da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Esses tesouros foram escolhidos pela relevância que possuem em relação a abrangência, nacional e internacional, respectivamente, e autoridade que possuem dentro de um determinado contexto de análise. No caso desta pesquisa, ganham importância por seu potencial estrutural em sedimentar o discurso sobre determinadas temáticas.

O VCB é utilizado pela Rede Virtual de Bibliotecas, composta por cerca de 10 bibliotecas⁶. Ele é capaz de estruturar e disseminar a linguagem dentro de órgãos estratégicos do Estado, autoridade, notadamente os do Legislativo e Judiciário. Nele buscamos termos com desvios éticos na representação sobre raça.

O Tesouro da CIDH é um instrumento central para área de Direitos Humanos e possui atuação territorial nas Américas. Ele, assim como o VCB, é capaz de estruturar e disseminar a linguagem com a autoridade específica e especializada de um órgão protetor e fiscalizador de Direitos Humanos. Dele extraímos termos com desvios éticos nas representações relativas à gênero e sexualidade.

Assim, escolhemos três termos, um relacionado à raça que expõe o racismo; um sobre sexualidade que expõe a LGBTfobia e um sobre gênero, que expõe o machismo e

⁶ Integram a Rede Virtual de Bibliotecas: Biblioteca da Advocacia-Geral da União, Biblioteca da Câmara dos Deputados, Biblioteca da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Biblioteca do Ministério da Justiça, Biblioteca da Procuradoria-Geral da República, Biblioteca do Senado Federal, Biblioteca do Superior Tribunal de Justiça, Biblioteca do Superior Tribunal Militar, Biblioteca do Supremo Tribunal Federal, Biblioteca do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Biblioteca do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e Biblioteca do Tribunal Superior do Trabalho.

misoginia. Tratam-se de termos presentes em nossa sociedade e que são relevantes para discussão sobre o papel que os tesouros desempenham nas guerras culturais, como instrumentos de dominação que têm implicações sobre a informação e o conhecimento.

O primeiro termo é “mercado negro”. Seu contexto histórico remonta à exploração do trabalho escravo de pessoas negras sequestradas de seus países e trazidas à força ao Brasil. A qualificação “negro” ganha, então, uma conotação daquilo que está fora do padrão estabelecido pelo colonizador português. O uso de “negro” como qualificador também remonta ao trauma (sequestro, tortura, trabalho forçado, assassinato e outros) sofrido pelas pessoas negras escravizadas. Esse trauma remontado na linguagem traz à tona o racismo cotidiano (Kilomba, 2019). Culturalmente, o Brasil foi estruturado sobre a exclusão e menosprezo de pessoas negras, por este motivo, termos como “mercado negro”, por exemplo, são usados em diversas instâncias e dimensões sociais sem refletir sobre o impacto que possuem.

O segundo e terceiro termo, “homossexualismo” e “transexualismo”, respectivamente, remontam ao contexto de entendimento da relação sexual entre pessoas do mesmo sexo e das identidades de gênero, para além da binaridade homem e mulher, como patologias. Contudo, desde 1990 que a OMS reconheceu que a homossexualidade e a transexualidade não são patologias e as retirou da Classificação Internacional de Doenças. O uso do sufixo “ismo” remonta os traumas (internação forçada, tortura, estupro corretivo, mutilação, castração química e outros) sofridos em clínicas de reversão de sexualidade e gênero. No contexto cultural, há um peso sobre o papel das instituições religiosas cristãs em perpetuar o ideal de uma patologia sobre pessoas LGBTQIA+.

Os termos foram analisados à luz de um referencial teórico que entrelaça temáticas relevantes à Ciência da Informação, tesouros e a representação da linguagem, e às Ciências Sociais, racismo, LGBTfobia e violência de gênero. Esses referenciais teóricos também foram relacionados com os dados empíricos, termos dos tesouros, para interpretarmos o tesouro como dispositivo, conforme a ótica foucaultiana.

ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para compreender e refletir como os tesouros veiculam as visões de mundo do colonizador, analisamos o termo “mercado negro” presente no VCB, imagem 1.

Imagem 1. Mercado negro no VCB.

Mercado negro
UP Câmbio ilegítimo
TR Câmbio negro
TR Mercado paralelo
DEF Aquele que caracteriza operações econômicas de oferta e procura de coisas e serviços úteis clandestinos, fugindo totalmente as regras padronizadas pela rotina e pelas autoridades.

Fonte: Brasil, 2017.

Três pontos nos chamam a atenção: (i) a permanência, ainda em 2023, de um termo que remete a um período traumático da história do Brasil – o tráfico de negras e de negros escravizados; (ii) a existência, no próprio vocabulário, de um termo mais apropriado eticamente para representar o conceito, ou seja, câmbio ilegítimo; (iii) a explicitação de uma definição que reafirma e torna as negras e negros como outro, inferiorizados, clandestinos e fora de normas e de padrões.

No entanto, a presença desse termo em um SOC não é exclusiva do VCB. O catálogo de autoridades da Biblioteca Nacional (Brasil) possui o mesmo termo para a organização de suas informações, imagem 2 e a Library of Congress também utiliza o mesmo termo nas suas atividades de tratamento da informação.

Imagem 2. Mercado negro no catálogo da Biblioteca Nacional (Brasil).



Fonte: Catálogo da Biblioteca Nacional.

Nos dois exemplos apresentados, percebemos tesouros perpetuando opressões e violências (imagem 1 e imagem 2), no caso, relativas à raça. A linguagem foi, portanto, o mecanismo para que esse termo figurasse como representação de um conceito, pois é a partir de uma coleta terminológica, geralmente baseada em bibliografias e em documentos que os tesouros são construídos.

“Mercado negro”, principalmente na imagem 1, pela forma explícita com que trata o conceito, demarca o lugar que negras e negros devem ocupar na sociedade, o que lhes é reservado, a clandestinidade e o desacordo com as regras e os padrões oficiais.

Recorrendo à Kilomba (2019), ao comentarmos sobre a representação que é feita de negras e negros nos vocabulários, podemos perceber que o aparecimento e permanência do termo “mercado negro” no tesouro do Senado Federal do Brasil é resultado de uma política de dominação que através da linguagem reforça o lugar que negras e negros devem ocupar. Kilomba chama a atenção para a mudança pela qual o racismo se vale para exercer um poder que, inicialmente, era fortemente baseado numa superioridade biológica racial, mas que a na nova forma de racismo é pautada principalmente na diferença cultural e em como ela é incompatível com uma determinada cultura hegemônica.

Nos cenários e nos contextos do uso de termos como “mercado negro”, o passado traumático (sequestro, tráfico, escravização e genocídio negro) são revividos por aqueles que veem suas ancestralidades encenadas na língua. Dessa forma, “a linguagem do trauma é, nesse sentido, física, gráfica e visual, articulando o efeito incompreensível de dor” (Kilomba, 2019, p. 162). Nascimento (2019, p. 21) acrescenta à fala de Kilomba (2019), ao afirmar que não há nada de pacífico na língua, de neutralidade, e sim “um lugar de muitas dores para muitos de nós”.

Ao retomarmos a proposição de Foucault (2015) sobre a discursividade dos dispositivos, aplicado aos tesouros, temos que, ao compor-se dos ditos e os não ditos, podem indicar a vinculação do termo “mercado negro” ao entendimento de negro com aquilo que foge às regras, que é clandestino. O que não está dito é que a construção social da palavra negro, como apontou Nascimento (2019), parte de um ponto zero da branquitude, do colonizador.

Continuando com a perspectiva de como a linguagem é perpetuadora de opressões e de violências, e de como o tesouro enquanto dispositivo engendra essas opressões e violências, analisamos o termo “homossexualismo” e “transexualismo” que estiveram presentes no tesouro da CIDH, até o final de 2020. Nesse tesouro, encontravam-se os termos “homossexualismo”, imagem 3, e “transexualismo”, imagem 4, como termos autorizados para indexação de documentos.

Imagem 3. Homossexualismo no Tesouro da CIDH.

Homossexualismo
TA: [Derecho a la diferencia](#)
[Homofobia](#)
TR: [Bisexualismo](#)
[Lesbianismo](#)
Clas: 07.01.06.01.01

Fonte: Corte Interamericana de Derechos Humanos⁷.

⁷ Essa consulta foi feita em 2017. Contudo, o tesouro da CIDH permaneceu com o termo homossexualismo até 2020.

A forma de apresentação dos termos “homossexualidade” e “transexualidade” nos remete a discussão feita por Moura (2018) com a indicação de que o sufixo “ismo” associa pessoas homossexuais e transexuais como doentes. A escolha feita e mantida pela Corte reflete os pontos de vistas e ideologias de pessoas que teorizam, constroem e defendem os Direitos Humanos.

Em uma análise sobre a qualidade do Tesouro da CIDH, Frota, Ribeiro e Gomes (2017) destacaram como a própria Corte, que desempenha o papel de defensora dos Direitos Humanos, inadvertidamente perpetuava opressões contra a comunidade LGBTQIA+ por meio de sua linguagem. A atualização subsequente em 2021 corrigiu o termo que agora figura corretamente como "homossexualidade". No entanto, o termo "bissexualidade" permanece com o sufixo "ismo", e, até o final de 2021, "lesbianismo" não era visível na apresentação alfabética do tesouro, necessitando, para sua localização, do uso do campo de busca⁸.

O não dito, conforme abordado por Foucault (2015), revela uma faceta crucial para compreender a atuação da política de dominação. Isso se reflete na maneira como o Tesouro da CIDH silenciou e ocultou as mulheres lésbicas que há muito tempo buscam visibilidade nas discussões dentro da comunidade LGBTQIA+, conforme apontado por Santana e Raserá (2018).

A representação da homossexualidade frequentemente recai em padrões que buscam normalizar a diversidade da sexualidade humana. O termo utilizado no Tesouro da CIDH é um exemplo de como há uma tentativa não apenas de estabelecer uma norma para a sexualidade, mas também de prejudicar aqueles que, por meio da linguagem, seriam seus representados - relegando-os a uma posição marginalizada e oprimida. Similarmente ao uso do termo "mercado negro", o Tesouro da CIDH direciona o lugar que os homossexuais supostamente deveriam ocupar na sociedade, perpetuando a ideia de que são doentes e necessitados de salvação. Pedra (2020) nos lembra que a linguagem desempenha um papel crucial na conformação da sociedade e destaca a necessidade de sua contínua evolução. Importante ressaltar que a comunidade LGBTQIA+ não se forma unicamente com base na orientação sexual, mas também em relação a questões de gênero.

O termo transexualidade explicita uma possível visão de mundo dos idealizadores do Tesouro da CIDH. Pela nota de escopo percebe-se uma clara apreensão e explicação da transexualidade pelo viés médico. A nota não ajuda o leitor a entender a transexualidade, mas o faz entender o que se coloca como transexualismo nos discursos opressores. Há uma escolha pela explicação histórica da “doença homossexualismo” e de circunscreve-la, ao final da nota, pelos meios e procedimentos cirúrgicos de redesignação sexual.

⁸ O termo não apresenta nenhum relacionamento com os outros termos do tesouro apenas uma indicação de que não é um termo autorizado e indicando que se use “Orientación sexual”.

Imagem 4. Transexualismo no Tesouro da CIDH.

Transexualismo

NA:

Ya en la literatura clásica (HERODOTO) existían referencias a individuos con deseos de asumir el rol del género opuesto. La primera referencia en la literatura médica aparece en el año 1830 por el autor alemán FRIEDREICH. En 1892, LATER y KRAFFT-EBING llamaron al fenómeno **metamorfosis sexual paranoica**. HAVELOCK ELLIS, en 1913, usó la expresión **inversión estética sexual** más tarde llamado **eonismo**. MARCUSE en 1916, hace referencia a la búsqueda del cambio de sexo. El término **transexualismo** fue usado por primera vez por CAULDEWL en 1949, refiriéndose a los comportamientos sociopáticos del desorden. HAMBURGUER STURUP y DALH-INVENSEN, en 1953, sugirieron el término de **transvestismo genuino** o **hermafroditismo psíquico**. La gran aportación a la definición de este fenómeno la da, ese mismo año, BENJAMIN en su libro **El fenómeno transexual**, diferenciándolo de otras condiciones sexuales confusas. La primera referencia quirúrgica se sitúa en 1921, por un alemán, ABRAHAM; pero el caso que más trascendió fue el referido por HAMBURGUER en 1953, primero en realizar castración hormonal y supervisión psiquiátrica. Es, entonces, en los años 50 cuando empiezan a realizarse este tipo de intervenciones complejas en el ámbito médico instituido. La difusión en los medios de información fue determinando la aparición de grupos de trabajo y clínicas hospitalarias (**gender clinics**) en las que equipos interdisciplinarios evalúan y tratan los casos de transexualismo bien estructurados. En América el pionero fue EDGERTON, cuya principal aportación fue añadir la vaginoplastia a la ablación genital.

Fonte: Corte Interamericana de Direitos Humanos⁹.

Quando as bibliotecas, arquivos, museus e outras instituições de informação adotam esses termos em seus sistemas, estão efetivamente restringindo a capacidade dos usuários de acessarem informações e conhecimentos relacionados a esses tópicos durante suas buscas por assunto. Isso resulta em um cenário no qual as informações e saberes recuperados estão intrinsecamente ligados às perspectivas de dominação previamente estabelecidas pelas visões de mundo dos responsáveis por tais sistemas, conforme apontado por Pinho (2006) e Guimarães e Pinho (2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa e seus resultados, além de reafirmar uma não neutralidade na ação informacional, seja de seus profissionais, processos e sistemas, também demonstram como os tesouros refletem visões de mundo e ideologias de seus criadores e que se ampliam às visões de mundo e ideologias, ainda, impregnadas em nossa sociedade.

Ao adotarem e utilizarem termos como “mercado negro”, “homossexualismo”, “transexualismo”, “bissexualismo”, os tesouros e as instituições que os gerenciam, acabam contribuindo para estruturação e perpetuação de violências sociais. Por meio de escolhas terminológicas esses tesouros nos informam como uma determinada temática deve ser tratada. Profissionais do tratamento e organização da informação e do conhecimento de outras instituições poderão, a partir da autoridade atribuída pelo contexto desses tesouros, replicar determinados termos em seus tesouros ou outros vocabulários controlados e ampliá-los para outras instituições e, também, pelos usuários ao assimilarem que determinada forma terminológica se coloca como a “mais correta” para determinada temática.

Grupos hegemônicos que são devidamente representados em suas identidades e subjetividades se mantêm no centro, ao terem suas demandas informacionais desenvolvidas e disseminadas, ao ponto que grupos marginalizados têm suas

⁹ Essa consulta foi feita em 2017. Contudo, o tesouro da CIDH permaneceu com o termo homossexualismo até 2020.

identidades e subjetividades excluídas, silenciadas e controladas por aqueles que estão no centro.

Por mais que as guerras culturais ocorram, principalmente, no campo simbólico com uso de informações e desinformações, pautadas na cultura, elas podem e geram impactos na vida real, material, física, das pessoas que são alvo de suas violências. No Brasil são constantes os casos de racismo, LGBTfobia e violência de gênero que resultam em exclusão social de pessoas negras, pessoas LGBTQIA+ e mulheres no acesso à instituições sociais como escolas, universidades, hospitais, e mesmo de instâncias de poder, como o parlamento.

As violências que são desenhadas no campo simbólico se materializam diariamente em violências físicas e na morte de pessoas negras, pessoas LGBTQIA+ e mulheres. Dessa forma, não podemos pensar que as guerras culturais são menos importantes que as “guerras territoriais”.

As escolhas terminológicas, suas formas de apresentação e as delimitações com as notas de escopo dos termos apresentados nesta pesquisa corroboram com uma série de outras pesquisas que vêm questionando, denunciando e tencionando a Ciência da Informação, a Biblioteconomia, a Arquivologia, a Museologia e outras áreas que atuam no tratamento da informação, a repensarem e atualizarem seus instrumentos de representação da informação e do conhecimento, como é o caso dos tesouros.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tatiana; SALDANHA, Gustavo Silva; RIBEIRO, Ana Rosa Pais Ribeiro. Memória, esquecimento e recuperação da informação: contradição e dialética da práxis na organização do conhecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. *Anais...* Salvador: UFBA, 2016. p. 1-17.

BUTLER, Judith. *Excitable speech: a politics of the performative*. Routledge, New York, 1997.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é possível de luto?*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CINTRA, Ana Maria Marques. et al. *Para entender as linguagens documentárias*. São Paulo: Polis: APB, 2002.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. *Tesouro: linguagem de representação da memória documentária*. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2002.

DUPAS, Gilberto. *Ética e poder na sociedade da informação: de como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso*. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

FROTA, Maria Guiomar da Cunha; RIBEIRO, Ana Claudia; GOMES, Pablo. A Qualidade do Tesouro da Corte Interamericana de Direitos Humanos como instrumento de Organização da Informação e do Conhecimento. In: Fabio Assis Pinho; José Augusto Chaves Guimarães. (Org.). *Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento*. Recife: UFPE, 2017.

FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Ditos e escritos; V)

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*. p.223-244. 1984.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; PINHO, Fabio Assis. Desafios da representação do conhecimento: abordagem ética. *Inf. Inf.*, v. 12, n. 1, p. 2007.

HOOKS, bell. *Erguer a sua voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, Renato Sérgio de et al. Saber acadêmico, guerra cultural e a emergência das ciências policiais no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 37, n. 108, p. 1-21, 2022.

MILANI, Suellen Oliveira et al. Os desvios na representação do conhecimento em um contexto multicultural: abordagens teóricas. In: LLORET ROMERO, Nuria. *Nuevas perspectivas para la difusión y organización del conocimiento: actas del IX Congreso ISKO España*. Valencia: Universidad Politécnica de Valencia, Servicio de Publicaciones, 2009.

MOURA, Jonathan Ribeiro Farias de. Da morfologia ao discurso: o caso do sufixo –ismo para denominar práticas homossexuais. *Revista Ribanceira*, n.15, p. 99-111, 2018.

NASCIMENTO, Gabriel. *Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Instrumentos e metodologias de representação da informação. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 1, n. 2, p.37-45, 1996.

PINHO, Fabio Assis. *Aspectos éticos em representação do conhecimento: em busca do diálogo entre Antonio García Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare Beghtol*. 2006. 132f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

SANTANA, Paula Ferreira de; RASERA, Emerson Fernando. Heterossexismo e a (in)existência lésbica. *Rev. Psicol. UNESP*, v. 17, n. 1, p. 34-49, 2018.

SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. A Sociedade da Desinformação. *Logeion: Filosofia da Informação*, v. 9, n. 1, p. 143-161, 2022.

TRIVELATO, Rosana Matos da Silva. *A luta das mulheres tem muitos nomes: os Sistemas de Organização do Conhecimento frente a uma emergência conceitual*. 2022. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.